

Antônio Veloso Peleja Júnior

# DIREITO ELEITORAL

Aspectos Processuais,  
Ações e Recursos

Com Comentários às Seguintes Normas:

- Novo Código de Processo Civil
- Emenda Constitucional 107/2020:  
específica para as eleições 2020
- Alterações eleitorais: Leis 13.877/2019,  
13.878/2019 e 13.831/2019
- Resolução 23.478/2016 – TSE, que  
disciplina a aplicabilidade do CPC  
no âmbito da Justiça Eleitoral
- Emenda Constitucional 97/2017

**6ª Edição**  
**Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2020

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>41</b>
<b>I O DIREITO ELEITORAL E SUAS NORMAS</b> .....	<b>43</b>
<b>II JUSTIÇA ELEITORAL</b> .....	<b>45</b>
<b>III PRINCÍPIOS DO PROCESSO ELEITORAL</b> .....	<b>51</b>
3.1 PRINCÍPIOS E REGRAS .....	51
3.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MATERIAIS DO DIREITO ELEI- TORAL.....	52
3.2.1 Princípio Democrático.....	52
3.2.2 Princípio da Lisura das Eleições.....	53
3.2.3 Princípio da Moralidade Eleitoral.....	53
3.2.4 Regra da Anualidade .....	54
3.3 O DIREITO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO ELEITORAL (LEI 9.504/1997, ART. 97-A): UMA NORMA FUNDAMENTAL ESPECÍFICA PARA O DIREITO ELEITORAL.....	56
<b>IV INFLUÊNCIAS DO NCPC NA SEARA ELEITORAL</b> .....	<b>61</b>
4.1 O NOVO CPC E O PROCESSO ELEITORAL .....	61
<b>V PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICÁVEIS NA SEARA ELEITORAL</b> .....	<b>65</b>
5.1 PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL AGASALHADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	65
5.1.1 Introdução .....	65
5.1.2 Princípio do Devido Processo Legal .....	66

5.1.3	Princípio da Igualdade.....	66
5.1.4	Imparcialidade.....	66
5.1.5	Princípio do Juiz Natural.....	68
5.1.6	Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	68
5.1.7	Princípio do Contraditório.....	69
5.1.8	Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.....	69
5.1.9	Princípio da Publicidade.....	70
5.1.10	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	70
5.1.11	Princípio da Adaptabilidade do Procedimento.....	71
5.1.12	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	72
5.2	REGRAS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL COMUNS AO DIREITO ELEITORAL.....	72
5.2.1	Regra Referente à Eficácia Dispositiva do Processo também Chamado de “Princípio” Dispositivo ou “Princípio” da Demanda.....	72
5.2.2	Regra Inquisitiva.....	73
5.2.3	Regra (ou “Princípio”) da Instrumentalidade das Formas.....	74
<b>VI</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL.....</b>	<b>75</b>
6.1	DIREITO ELEITORAL E PROCESSO.....	75
6.2	DIREITO ELEITORAL: JURISDIÇÃO, PROCESSO E AÇÃO.....	76
6.3	O PROCEDIMENTO NO DIREITO ELEITORAL.....	78
6.4	TEMAS POLÊMICOS DO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL.....	79
6.4.1	Assistência.....	79
6.4.1.1	Generalidades.....	79
6.4.1.2	A assistência no processo eleitoral.....	79
6.4.2	Processo Eleitoral e Proatividade Judicial.....	83
6.4.3	A Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova e o Processo Eleitoral.....	84
6.4.3.1	A inversão do ônus da prova no processo eleitoral.....	85
6.5	O ART. 105-A, LEI 9.504/1997: PROIBIÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA NO DIREITO ELEITORAL.....	87
6.5.1	O art. 105-A da Lei 9.504/1997.....	90

---

6.5.2	O Contraditório no Inquérito Civil Público .....	91
6.5.3	A Inconstitucionalidade do Art. 105-A .....	93
<b>VII</b>	<b>AÇÕES ELEITORAIS .....</b>	<b>97</b>
7.1	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA – AIRC .....	97
7.1.1	Introdução .....	97
7.1.1.1	Convenção partidária .....	97
7.1.1.2	Registro de candidatura .....	99
7.1.1.3	Percentual de vagas femininas e candidaturas fantasmas: os reflexos no DRAP e no registro de candidatura .....	100
7.1.1.4	Ações eleitorais e respectivas nuances .....	102
7.1.1.5	Registro de candidatura e vagas remanescentes .....	106
7.1.2	Previsão Legal .....	107
7.1.3	Conceito .....	108
7.1.4	Natureza Jurídica .....	108
7.1.5	Bem Jurídico .....	109
7.1.6	Objeto Jurídico .....	109
7.1.6.1	Arguição de inelegibilidade no âmbito da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC, decorrente de abuso de poder político e/ou de poder econômico (inelegibilidade cominada) .....	109
7.1.6.2	Ficha Limpa: a Lei Complementar 135/2010 e a restrição à capacidade eleitoral passiva .....	111
7.1.6.2.1	Iniciativa popular e inelegibilidade: a “Ficha Limpa” .....	111
7.1.6.2.2	A definição do órgão competente para o julgamento das contas – Julgamento do STF no RE 848826 .....	113
7.1.7	Efeitos Jurídicos da Sentença que Julga a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura .....	120
7.1.8	Legitimidade Ativa e Competência .....	121
7.1.8.1	Candidato .....	123
7.1.8.2	Partido político .....	123
7.1.8.3	Coligação .....	125

7.1.8.4	Ministério Público Eleitoral.....	127
7.1.8.5	Eleitor: ausência de legitimidade e notícia de inelegibilidade .....	128
7.1.9	Legitimidade Passiva.....	129
7.1.10	Litisconsórcio.....	129
7.1.10.1	Litisconsórcio ativo .....	129
7.1.10.2	Litisconsórcio passivo .....	130
7.1.11	Capacidade Postulatória .....	132
7.1.12	Competência.....	132
7.1.13	Prazo de Propositura.....	133
7.1.14	Rito Processual.....	136
7.1.14.1	Petição inicial .....	136
7.1.14.2	Antecipação de tutela.....	137
7.1.14.3	Notificação .....	138
7.1.14.4	Contestação.....	138
7.1.14.5	Julgamento antecipado da lide .....	139
7.1.14.6	Audiência de instrução.....	140
7.1.14.7	Diligências.....	140
7.1.14.8	Alegações finais.....	141
7.1.14.9	Sentença.....	141
7.1.15	Recursos.....	142
7.1.15.1	Efeitos dos recursos .....	145
7.1.15.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral .....	146
7.1.15.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral.....	146
7.1.15.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral.....	147
7.1.16	Ação Rescisória.....	147
7.1.17	Aspectos Materiais: o Pedido de Parcelamento da Multa Eleitoral e a Inelegibilidade .....	148
7.1.18	Súmulas.....	149
7.1.19	Fluxograma da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC .....	151
7.2	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – AIJE.....	152

---

7.2.1	Introdução .....	152
7.2.2	Previsão Legal.....	152
7.2.3	Abuso de Poder Político e Econômico .....	152
7.2.3.1	Atos que caracterizam abuso de poder segundo o TSE.....	153
7.2.3.2	Atos que não caracterizam abuso de poder segundo o TSE.....	155
7.2.4	Natureza Jurídica.....	156
7.2.4.1	Ação cognitiva com carga desconstitutiva e declaratória.....	156
7.2.4.2	Ação cognitiva com provimento de natureza cautelar e constitutiva (com efeito positivo e negativo).....	157
7.2.5	Bem Jurídico .....	157
7.2.6	Objeto Jurídico .....	158
7.2.7	Efeitos Jurídicos .....	158
7.2.8	Requisitos.....	164
7.2.8.1	Conduta.....	164
7.2.8.2	Proporcionalidade do ato .....	164
7.2.9	Legitimidade Ativa.....	166
7.2.9.1	Candidato.....	166
7.2.9.2	Partido político .....	166
7.2.9.3	Coligação.....	167
7.2.9.4	Ministério Público Eleitoral.....	169
7.2.9.5	A legitimidade ativa e o eleitor.....	171
7.2.10	Legitimidade Passiva.....	172
7.2.11	Litisconsórcio.....	173
7.2.11.1	Litisconsórcio ativo .....	173
7.2.11.2	Litisconsórcio passivo .....	173
7.2.11.2.1	Litisconsórcio passivo nas eleições proporcionais.....	173
7.2.11.2.2	Litisconsórcio passivo nas eleições majoritárias .....	176
7.2.12	Assistência .....	179
7.2.13	Capacidade Postulatória .....	180
7.2.14	Competência.....	181

7.2.15	Prazo de Propositura.....	182
7.2.16	Rito Processual.....	183
7.2.17	Fase Postulatória .....	184
7.2.17.1	Petição inicial .....	184
7.2.17.2	Cumulação de pedidos.....	186
7.2.17.3	Litispendência.....	190
7.2.17.4	Antecipação de tutela e medida cautelar.....	190
7.2.17.5	Notificação .....	192
7.2.17.6	Contestação.....	192
7.2.17.7	Reconvenção.....	193
7.2.17.8	Julgamento antecipado da lide.....	193
7.2.18	Das Provas.....	194
7.2.18.1	Meios de prova admissíveis.....	194
7.2.18.2	Meios de prova inadmissíveis.....	195
7.2.18.2.1	Prova ilícita.....	196
7.2.18.2.2	Depoimento pessoal e confissão .....	197
7.2.18.3	Audiência de instrução.....	198
7.2.18.4	Diligências.....	198
7.2.18.5	Alegações finais.....	199
7.2.19	Sentença .....	200
7.2.20	Recursos.....	200
7.2.20.1	Decisões interlocutórias.....	202
7.2.20.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral .....	203
7.2.20.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral.....	204
7.2.20.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral.....	204
7.2.21	Ação Rescisória.....	204
7.2.22	Fluxograma da Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE.....	206
7.3	<b>AÇÃO DE CAPTAÇÃO E/OU GASTOS ILÍCITOS DE RECURSOS – ART. 30-A.....</b>	<b>207</b>
7.3.1	Introdução .....	207
7.3.2	Previsão Legal.....	208

7.3.3	Caracterização da Arrecadação e Gastos Ilícitos de Recursos de Campanha Eleitoral .....	209
7.3.3.1	Arrecadação ilícita de recursos de campanha eleitoral.....	209
7.3.3.2	Gastos ilícitos de recursos de campanha eleitoral.....	212
7.3.4	Natureza Jurídica.....	213
7.3.5	Bem Jurídico .....	213
7.3.6	Objeto Jurídico .....	214
7.3.7	Efeitos Jurídicos .....	215
7.3.8	Proporcionalidade do Ato.....	216
7.3.9	Legitimidade Ativa.....	218
7.3.10	Legitimidade Passiva.....	219
7.3.11	Litisconsórcio e Assistência .....	221
7.3.12	Capacidade Postulatória .....	221
7.3.13	Competência.....	222
7.3.14	Litispêndência .....	223
7.3.15	Prazo para Propositura.....	223
7.3.15.1	Prazo inicial: 1º posicionamento (a partir da diplomação)...	223
7.3.15.2	Prazo inicial: 2º posicionamento (a partir das eleições, ou da proclamação do resultado das eleições) .....	225
7.3.15.3	Prazo inicial: 3º posicionamento (a partir do registro da candidatura).....	226
7.3.15.4	Gastos ilícitos dos candidatos não eleitos: qual a solução? .....	227
7.3.16	Prazo para a Propositura da Ação.....	228
7.3.17	Rito Processual (Procedimento) .....	228
7.3.18	Sentença .....	229
7.3.19	Recursos .....	229
7.3.19.1	Decisões interlocutórias.....	230
7.3.19.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral .....	231
7.3.19.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral.....	232
7.3.19.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral.....	232
7.3.20	Ação Rescisória.....	233
7.3.21	Anulação das Eleições.....	233



7.3.22	Fluxograma da Ação de Captação e/ou Gastos Ilícitos de Recursos ...	235
7.4	<b>REPRESENTAÇÃO POR DOAÇÃO DE CAMPANHA ELEITORAL ACIMA DO LIMITE LEGAL</b> .....	236
7.4.1	Previsão Legal.....	236
7.4.2	Limites para Doação de Pessoa Física e Pessoa Jurídica.....	236
7.4.3	Natureza Jurídica.....	236
7.4.4	Bem Jurídico .....	236
7.4.5	Efeitos Jurídicos .....	237
7.4.6	Proporcionalidade do Ato.....	237
7.4.7	Legitimidade Ativa.....	238
7.4.8	Legitimidade Passiva.....	238
7.4.9	Capacidade Postulatória .....	238
7.4.10	Competência (Domicílio Civil <i>versus</i> Domicílio Eleitoral).....	239
7.4.11	Prazo para Propositura.....	239
7.4.12	Rito Processual.....	240
7.4.13	Provas.....	240
7.4.14	Sentença .....	241
7.4.15	Recursos.....	241
7.4.16	Ação Rescisória.....	242
7.4.17	Fluxograma da Representação por Doação de Campanha Acima do Limite Legal.....	243
7.5	<b>AÇÃO DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO – ART. 41-A</b> .....	244
7.5.1	Introdução .....	244
7.5.2	Previsão Legal.....	244
7.5.3	Conceito .....	245
7.5.3.1	Atos que caracterizam captação ilícita de sufrágio segundo o TSE.....	246
7.5.3.2	Atos que não caracterizam captação ilícita de sufrágio segundo o TSE.....	247
7.5.4	Natureza Jurídica.....	248
7.5.5	A Regra da Independência das Instâncias na Seara Eleitoral e a Possibilidade de Suspensão do Feito Cível-Eleitoral.....	249

---

7.5.6	Constitucionalidade do Art. 41-A da Lei 9.504/1997.....	251
7.5.7	Bem Jurídico .....	254
7.5.8	Objeto Jurídico .....	255
7.5.9	Efeitos Jurídicos.....	255
7.5.9.1	Invalidade das eleições e eleições indiretas .....	257
7.5.10	Requisitos.....	260
7.5.10.1	Conduta.....	260
7.5.10.1.1	Coação com o fim de obter o voto .....	262
7.5.10.2	A existência de uma pessoa física.....	264
7.5.10.3	Finalidade específica de obter o voto.....	265
7.5.10.4	A oferta de qualquer bem ou vantagem (proveito).....	265
7.5.10.5	O lapso temporal.....	265
7.5.10.6	Prova robusta .....	266
7.5.10.7	Potencialidade lesiva e nexo de causalidade .....	267
7.5.11	Legitimidade Ativa.....	268
7.5.12	Legitimidade Passiva.....	272
7.5.12.1	Destinatário da conduta .....	274
7.5.12.2	Identificação do eleitor .....	274
7.5.12.2.1	Nesses termos, a vantagem pode ser ofertada coletivamente ou deve, necessariamente, ser ofertada individualmente?.....	275
7.5.12.3	Promessas de vantagem a outro destinatário que não o eleitor.....	276
7.5.13	Exteriorização do Pedido de Votos .....	276
7.5.14	Vantagem para que o Eleitor se Abstenha de Votar .....	277
7.5.15	Boca de Urna e Captação Ilícita de Sufrágio.....	277
7.5.16	O Art. 26, VII, Lei 9.504/1997 e a Captação Ilícita de Sufrágio .....	278
7.5.17	Litisconsórcio e Assistência .....	278
7.5.18	Capacidade Postulatória .....	279
7.5.19	Competência.....	279
7.5.20	Prazo de Propositura.....	280
7.5.21	Rito Processual.....	281

7.5.21.1	Petição inicial .....	282
7.5.21.2	Desistência, conexão e continência, cumulação de pedidos e litisconsórcio.....	283
7.5.21.3	Litispendência.....	285
7.5.21.4	Antecipação de tutela e medida cautelar.....	285
7.5.21.5	Notificação .....	286
7.5.21.6	Contestação.....	286
7.5.21.7	Julgamento antecipado da lide .....	287
7.5.21.8	Meios de prova admissíveis.....	287
7.5.21.8.1	Meios de prova inadmissíveis .....	288
7.5.21.9	Audiência de instrução.....	288
7.5.21.10	Diligências .....	288
7.5.21.11	Alegações finais.....	289
7.5.22	Sentença .....	289
7.5.23	Recursos.....	290
7.5.23.1	Decisões interlocutórias.....	291
7.5.23.2	Recurso cabível da decisão do Juiz Eleitoral .....	292
7.5.23.3	Recurso cabível da decisão do Tribunal Regional Eleitoral.....	292
7.5.23.4	Recurso cabível da decisão do Tribunal Superior Eleitoral.....	292
7.5.24	Ação Rescisória.....	293
7.5.25	Fluxograma da Ação de Captação Ilícita de Sufrágio .....	294
7.6	ACÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO – AIME.....	295
7.6.1	Introdução .....	295
7.6.2	Previsão Legal.....	295
7.6.3	A Lei Complementar 135/2010 e a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME.....	296
7.6.4	Natureza Jurídica.....	297
7.6.5	Bem Jurídico .....	297
7.6.6	Objeto Jurídico .....	298
7.6.7	Cabimento .....	299
7.6.7.1	Abuso de poder econômico.....	299
7.6.7.2	Corrupção .....	302

---

7.6.7.3	Fraude.....	302
7.6.8	Potencialidade Lesiva.....	303
7.6.9	Efeitos Jurídicos da Sentença que Julga a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	303
7.6.10	Legitimidade Ativa.....	304
7.6.11	Legitimidade Passiva.....	306
7.6.12	Litisconsórcio.....	306
7.6.13	Capacidade Postulatória.....	308
7.6.14	Competência.....	308
7.6.15	Prazo de Propositura.....	308
7.6.16	Rito Processual.....	309
7.6.16.1	Segredo de justiça.....	309
7.6.16.1.1	A liberdade de informação e os direitos humanos.....	309
7.6.16.1.2	A origem da liberdade de imprensa.....	310
7.6.16.1.2.1	A liberdade de imprensa no Brasil.....	310
7.6.16.1.3	A liberdade de imprensa e o direito à intimidade.....	311
7.6.16.1.3.1	O princípio da proporcionalidade e a inexistência de direitos absolutos.....	312
7.6.16.1.4	Os princípios da interpretação constitucional.....	313
7.6.16.1.5	Conflito entre princípios.....	314
7.6.16.1.6	Liberdade de imprensa x direito à intimidade: as pessoas públicas.....	315
7.6.16.1.7	Posicionamentos.....	317
7.6.16.2	Litispendência.....	318
7.6.16.3	Petição inicial.....	319
7.6.16.4	Prova pré-constituída.....	319
7.6.16.5	Antecipação de tutela e medida cautelar.....	320
7.6.16.6	Citação.....	320
7.6.16.7	Contestação.....	320

---

7.6.16.8	Julgamento antecipado da lide .....	320
7.6.16.9	Provas .....	321
7.6.16.10	Audiência de instrução.....	322
7.6.16.11	Diligências.....	322
7.6.16.12	Alegações finais.....	322
7.6.16.13	Desistência.....	323
7.6.17	Sentença .....	323
7.6.17.1	Ônus da sucumbência .....	325
7.6.18	Recursos.....	325
7.6.19	Dos Efeitos do Recurso Interposto da Sentença .....	326
7.6.20	Fluxograma da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME ....	327
7.7	RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA – RCED .....	328
7.7.1	A Diplomação .....	328
7.7.2	Recurso Contra a Expedição de Diploma .....	330
7.7.3	Natureza Jurídica.....	331
7.7.4	Finalidade.....	331
7.7.5	Competência.....	331
7.7.6	Procedimento.....	333
7.7.7	Capacidade Postulatória .....	337
7.7.8	Legitimidade Ativa e Interesse Processual .....	338
7.7.9	Litisconsórcio Passivo – Eleições Majoritárias .....	339
7.7.10	Litisconsórcio Passivo – Eleições Proporcionais.....	340
7.7.11	Assistente .....	340
7.7.12	Hipóteses de Cabimento.....	341
7.7.12.1	Inelegibilidades e preclusão.....	343
7.7.13	Prova Pré-Constituída .....	345
7.7.14	Ônus da Prova .....	346
7.7.15	Ônus da Contraprova.....	347
7.7.16	Desistência .....	347
7.7.17	Litispendência .....	348
7.7.18	Sentença com Resolução de Mérito.....	349

---

7.7.19	Efeitos da Sentença Devido à Interposição de Recurso.....	349
7.7.20	Recurso da Decisão que Julga o Recurso Contra a Expedição do Diploma – RCED .....	350
7.7.21	Fluxograma de Recurso Contra Expedição de Diploma – RCED .....	351
7.8	ACÇÃO POR CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS .....	352
7.8.1	Introdução .....	352
7.8.2	Conduta Vedada .....	352
7.8.3	A Constitucionalidade da Norma do Art. 77, Lei 9.504/1997 .....	352
7.8.4	Agentes Públicos.....	353
7.8.5	Potencialidade Lesiva.....	354
7.8.6	As Condutas Vedadas em Espécie.....	355
7.8.6.1	Cessão ou uso de bens públicos.....	355
7.8.6.2	Uso de bens ou serviços públicos .....	356
7.8.6.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral.....	357
7.8.6.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos .....	357
7.8.6.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público .....	358
7.8.6.6	Transferência de recursos, propaganda institucional e pronunciamento em cadeia de rádio e televisão (art. 73, VI, “a”, “b” e “c”).....	359
7.8.6.6.1	Transferência voluntária de recursos.....	359
7.8.6.6.2	Propaganda institucional em período eleitoral (art. 73, VI, “b”).....	359
7.8.6.6.3	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão (art. 73, VI, “c”).....	360
7.8.6.6.4	Proibição de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública (art. 73, § 10).....	361
7.8.6.6.5	Propaganda institucional (art. 74) .....	361
7.8.6.6.6	Realização de despesas que excedam a média com publicidade (art. 73, VII).....	362
7.8.6.6.7	Revisão geral na remuneração dos servidores (art. 73, VIII).....	362

---

7.8.6.6.8	Contratação de <i>shows</i> .....	362
7.8.7	Representação .....	363
7.8.8	Prazo para o Ajuizamento .....	363
7.8.9	Causa de Pedir e Pedido .....	363
7.8.10	Litisconsórcio .....	365
7.8.11	Medida Cautelar .....	365
7.8.12	Efeitos da Sentença .....	365
7.8.13	Recurso .....	365
7.8.14	Fluxograma da Ação por Condutas Vedadas a Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais .....	366
7.9	REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR.....	367
7.9.1	Introdução .....	367
7.9.2	Competência.....	368
7.9.3	Prazo para o Ajuizamento .....	369
7.9.4	Petição Inicial.....	372
7.9.5	Legitimidade Ativa.....	373
7.9.6	Legitimidade Passiva.....	374
7.9.7	Medida Liminar.....	376
7.9.8	Notificação .....	376
7.9.9	Defesa.....	377
7.9.10	Fase Probatória.....	377
7.9.11	Litisconsórcio e Assistência .....	377
7.9.12	Ministério Público .....	378
7.9.13	Desistência .....	378
7.9.14	Sentença .....	379
7.9.15	Recurso.....	379
7.9.16	Intimação.....	379
7.9.17	Alegações Finais e Julgamento .....	379
7.9.18	Recurso.....	379
7.9.19	Parcelamento da Multa Eleitoral Aplicada .....	380
7.9.20	Descumprimento da Ordem Judicial .....	381

---

7.9.21 Fluxograma da Representação Eleitoral por Propaganda Irregular .....	382
7.10 AÇÃO DE PERDA DE MANDATO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA.....	383
7.10.1 Ativismo Judicial na Justiça Eleitoral: Fidelidade Partidária .....	383
7.10.1.1 Introdução.....	383
7.10.1.2 Ativismo judicial .....	383
7.10.1.2.1 Fidelidade partidária .....	384
7.10.1.2.1.1 Introdução .....	384
7.10.1.2.1.2 A fidelidade partidária.....	385
7.10.1.2.1.3 O regime anterior à Resolução 22.610, TSE: o mandato pertence ao mandatário.....	386
7.10.1.2.1.4 A mutação constitucional no entendimento do STF: o mandato pertence ao partido.....	389
7.10.1.2.1.5 Ação para perda de mandato decorrente da fidelidade partidária: da Resolução 22.610/2007 à Lei 13.165/2015 ...	392
7.10.1.2.1.6 Ações manejáveis face ao art. 22-A, Lei 9.096/1995 .....	395
7.10.1.2.1.7 Justa causa.....	395
7.10.1.2.1.8 Prazo para o exercício do direito de ação.....	397
7.10.1.2.1.9 Legitimados.....	397
7.10.1.2.1.10 Competência.....	398
7.10.1.2.1.11 Petição inicial.....	399
7.10.1.2.1.12 Antecipação de tutela .....	399
7.10.1.2.1.13 Prazo para a defesa e revelia .....	399
7.10.1.2.1.14 Ministério Público .....	400
7.10.1.2.1.15 Do julgamento antecipado da lide.....	400
7.10.1.2.1.16 Do saneamento do processo e a produção de provas.....	400
7.10.1.2.1.17 Alegações finais: a sustentação oral .....	401



	7.10.1.2.1.18 O julgamento pelo Colegiado.....	401
	7.10.1.2.1.19 A irrecorribilidade das interlocutórias.....	402
	7.10.1.2.1.20 O julgamento final.....	402
	7.10.1.2.1.21 Prazo para julgamento.....	402
	7.10.2 Fluxograma da Ação de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária.....	403
	7.11 AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL.....	404
	7.11.1 Noções.....	404
	7.11.2 Ação Rescisória Eleitoral.....	404
<b>VIII</b>	<b>DOS RECURSOS.....</b>	<b>409</b>
8.1	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	409
8.1.1	Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.....	409
8.1.2	Princípios.....	409
8.1.3	Dos Princípios Informativos.....	410
8.1.4	Os Princípios Gerais ou Fundamentais.....	410
	8.1.4.1 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	410
8.1.5	Regras.....	411
	8.1.5.1 Regra da taxatividade.....	411
	8.1.5.2 Regra da singularidade ou da unirrecorribilidade ou da unicidade.....	411
	8.1.5.3 Regra da fungibilidade.....	411
	8.1.5.3.1 Requisitos: dúvida objetiva e a inexistência de erro grosseiro.....	412
	8.1.5.4 Regra da dialeticidade ou discursividade.....	413
	8.1.5.5 Regra da voluntariedade.....	413
	8.1.5.6 Regra da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	413
	8.1.5.7 Regra da complementaridade.....	414
	8.1.5.8 Regra da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	414
	8.1.5.9 Regra da consumação.....	414
8.1.6	Conceito de Recurso.....	415
8.1.7	Natureza Jurídica do Recurso.....	415

8.1.8	Do Recurso e as Ações Autônomas de Impugnação .....	416
8.1.9	Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito do Recurso .....	416
8.1.9.1	Pressupostos de admissibilidade dos recursos (objeto do juízo de admissibilidade).....	417
8.1.9.1.1	Pressupostos de admissibilidade intrínsecos (cabimento, legitimação e interesse).....	417
8.1.9.1.1.1	Cabimento.....	417
8.1.9.1.1.2	Legitimidade para recorrer.....	418
8.1.9.1.1.3	Interesse em recorrer.....	418
8.1.9.2	Pressupostos de admissibilidade extrínsecos .....	418
8.1.9.2.1	Tempestividade .....	419
8.1.9.2.2	Regularidade formal.....	420
8.1.9.2.3	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer .....	420
8.1.9.3	Juízo de mérito.....	420
8.1.9.3.1	A causa de pedir recursal: <i>o error in procedendo</i> e <i>o error in iudicando</i> .....	421
8.1.9.3.2	Julgamento rescidente e julgamento substitutivo.....	422
8.1.10	Dos Efeitos dos Recursos .....	422
8.1.10.1	Do efeito devolutivo .....	422
8.1.10.2	Da extensão do efeito devolutivo.....	423
8.1.10.2.1	Das questões argüíveis <i>ex officio</i> e a proibição das decisões-surpresa .....	424
8.1.10.3	Do efeito suspensivo ou obstativo .....	425
8.1.10.4	Do efeito expansivo .....	426
8.1.10.5	Do efeito translativo .....	426
8.1.10.6	Do efeito regressivo, de retratação ou diferido .....	426
8.1.11	Sucedâneos Recursais .....	427
8.2	TEORIA ESPECÍFICA DOS RECURSOS NO DIREITO ELEITORAL.....	428
8.2.1	Os Recursos Eleitorais.....	428
8.2.2	Princípios Infraconstitucionais/Regras Recursais Ínsitos ao Direito Eleitoral.....	429

8.2.2.1	Princípio da irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	429
8.2.2.2	Efeitos recursais: regra da devolutividade dos recursos ou duplo efeito? .....	429
8.2.2.3	A regra da irrecorribilidade das interlocutórias no juízo monocrático e o manejo do agravo de instrumento na seara eleitoral.....	435
8.2.2.4	Regra da preclusão instantânea.....	440
8.2.3	Espécies de Recursos Eleitorais .....	441
8.2.3.1	Impugnação e recurso: hipóteses distintas .....	441
8.2.4	Características dos Recursos Eleitorais .....	442
8.2.5	Prazos para a Interposição dos Recursos Eleitorais.....	443
8.2.6	Sustentação Oral.....	444
8.2.7	Ponderações Acerca do Efeito Suspensivo.....	446
8.2.7.1	O efeito suspensivo nas ações de Recurso Contra a Expedição de Diploma – RCED, e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME: o art. 216, CE.....	446
8.2.7.2	Inexistência de preparo .....	448
8.2.8	O Art. 15, LC 64/1990 .....	448
8.2.9	As Resoluções dos Tribunais Eleitorais .....	448
8.2.10	A Produção de Provas na Fase Recursal.....	449
8.2.11	Atos Administrativos e Recurso .....	450
8.2.12	A Supressão de Instância do Direito Eleitoral .....	451
8.2.13	Recurso Eleitoral em Matéria Constitucional: Recurso Extraordinário e Preclusão .....	451
8.2.14	Recursos Parciais e Prevenção .....	452
8.2.15	O Prejulgado e a Necessidade de Mutação Constitucional em Razão do Novo Paradigma do Stare Decisis no Direito Brasileiro.....	453
8.2.16	Consultas.....	456
8.2.17	Reclamação e Representação no Direito Eleitoral.....	458
8.2.18	Reclamação .....	460
8.2.19	Reexame Necessário ou Condição de Eficácia da Sentença no Direito Eleitoral.....	462
8.2.20	Cabimento Recursal Conforme o Grau de Jurisdição.....	463

8.2.20.1	Recursos das decisões dos juízes eleitorais.....	463
8.2.20.2	Recursos das decisões das Juntas Eleitorais.....	463
8.2.20.3	Recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais....	463
8.2.20.4	Recurso das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	464
8.2.21	Desistência do Recurso e Prosseguimento por Parte do Ministério Público .....	465
8.2.22	Juntada de Documentos.....	465
8.2.23	Preclusão Recursal e Matéria Constitucional .....	467
8.2.24	Preclusão e RCED.....	467
8.3	DOS RECURSOS ELEITORAIS EM ESPÉCIE .....	467
8.3.1	Recurso Inominado .....	467
8.3.1.1	Prazo e processamento.....	469
8.3.1.2	Juízo de retratação .....	471
8.3.1.3	Recurso inominado e representação por propaganda ilícita nas eleições municipais.....	471
8.3.1.4	Recurso inominado e representação por propaganda ilícita nas eleições estaduais e federais .....	472
8.3.2	Recursos de Cognição Estrita .....	473
8.3.2.1	Recurso especial eleitoral .....	475
8.3.2.1.1	A apreciação do recurso especial pelo relator ...	481
8.3.2.1.2	Prazo .....	481
8.3.2.1.3	Processamento.....	481
8.3.2.1.4	Recurso especial e agravo interno .....	481
8.3.2.1.5	Recurso retido .....	482
8.3.2.1.6	Recursos ordinário, especial e fungibilidade....	482
8.3.2.1.7	Interposição simultânea.....	483
8.3.2.2	Recurso ordinário.....	483
8.3.2.2.1	Previsão e cabimento .....	483
8.3.2.2.2	Pressuposto recursal específico: a colegialidade .....	484
8.3.2.2.3	Prazo .....	485
8.3.2.2.4	Contrarrazões .....	485

---

8.3.2.2.5	Interposição via fax ( <i>fac-símile</i> ) ou telex .....	485
8.3.2.3	Recurso extraordinário.....	486
8.3.2.3.1	Prazo .....	487
8.3.2.4	Repercussão geral no recurso extraordinário .....	487
8.3.2.5	Agravo de instrumento em caso de denegação do recurso extraordinário e especial: o agravo de instrumento eleitoral .....	488
8.3.2.5.1	Características .....	489
8.3.2.5.2	Prazo de interposição .....	490
8.3.2.5.3	Formação do instrumento.....	490
8.3.2.6	Embargos de declaração .....	490
8.3.2.6.1	Prazo de interposição .....	492
8.3.2.6.2	Características .....	492
8.3.2.6.3	Embargos de declaração, prequestionamento e embargos protelatórios .....	493
8.3.2.6.4	O efeito dos embargos de declaração: suspensão ou interrupção do prazo?.....	494
8.3.2.6.5	Suspensão dos efeitos da decisão: o efeito suspensivo.....	495
8.3.2.7	Recursos parciais .....	495
8.3.2.8	Prazo em caso de direito de resposta .....	495
<b>REFERÊNCIAS</b>	.....	<b>497</b>
<b>ANEXO</b>	.....	<b>503</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	.....	<b>505</b>